

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO JEITO

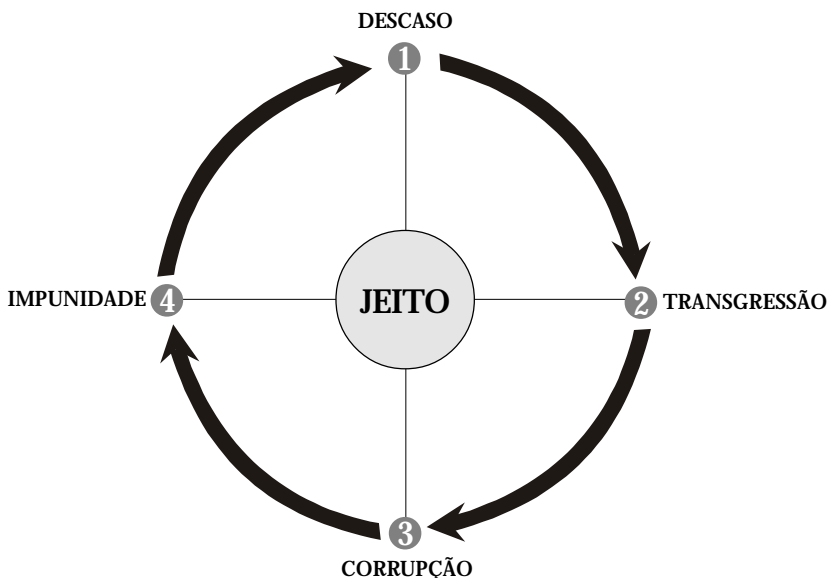
Constituição brasileira: “Artigo único: todo brasileiro fica obrigado a ter vergonha.”

Capistrano de Abreu

Pode-se traçar um círculo vicioso no cotidiano brasileiro que é marcado por quatro fases, sendo o jeito o eixo motor.

Para entender esse ciclo é preciso resumir num parágrafo que, como o boi no matadouro, o brasileiro comum geralmente é empurrado em direção a essa roda. Em primeiro lugar, há um generalizado *descaso* das autoridades públicas em relação às necessidades reais do povo. Esse descaso ou “salve-se quem puder” alimenta o jeito, que é induzido pelo espírito livre e pela consciência “elástica”. Isso leva o povo a se sentir no direito de *transgredir as normas*, já que “os impostos são pagos e o governo faz pouco caso disso”.

Depois, para não ser punido por causa da transgressão, novamente o brasileiro dá um jeito na situação – paga suborno. É a *corrupção*. De um lado esse procedimento protege o transgressor, de outro reestimula o corrupto a continuar na corrupção. O pagamento do suborno gera a *impunidade* fechando o círculo com a continuidade do descaso e assim por diante. Vamos ver com mais detalhes cada uma das fases deste ciclo.



DESCASO DAS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS

O *descaso das autoridades* pode ser demonstrado, por exemplo, nas estradas que ficam sem a sinalização no piso, sem os acostamentos e sem a manutenção que provê a segurança necessária para a viagem tranqüila.¹³⁴

No caso da saúde pública houve, em 1991, uma ocorrência inusitada em que o médico plantonista do Hospital Eduardo Menezes, em Belo Horizonte, Luiz Miranda Gonzaga, declarou que a *causa mortis* de um paciente fora a falência do sistema de saúde brasileiro.¹³⁵

Nesta linha de raciocínio pode-se mencionar o descaso do SUS (antigo INAMPS) na compra de marcapassos para pacientes conveniados¹³⁶ e no pagamento dos honorários médicos e das despesas dos hospitais conveniados, que vivem num regime de caos.¹³⁷

Cabe mencionar também o comportamento de parlamentares que ficam o ano todo discutindo amenidades, tendo por isso de fazer uso do expediente chamado “esforço concentrado” para apre-

ciar, a “toque-de-caixa”,^a as matérias importantes que precisam ser aprovadas antes das férias parlamentares.¹³⁸

Barbosa¹³⁹ cita o aumento na criminalidade enquanto as autoridades competentes não investem no setor de segurança e proteção ao cidadão. Só para se ter uma idéia, em maio de 1991 havia no Estado de São Paulo 105.781 mandados de prisão sem serem cumpridos. Em todo o país estimava-se que eram cerca de 250 mil mandados a serem cumpridos.¹⁴⁰

O que dizer das enchentes que nunca acabam em várias cidades, especialmente em São Paulo. A cada ano as autoridades prometem resolver o problema e na época de chuvas todo pesadelo retorna. Os jornais noticiaram que em 1989 havia 300 locais críticos de cheias freqüentes na capital paulista. Em 1999 o número subiu para 500.¹⁴¹ Bueiros entupidos, legislação inadequada para a ocupação do solo, falta de piscinões e de fiscalização, etc. Para onde vai o dinheiro pago em impostos?

Recentemente estive com meu filho mais velho numa repartição pública para retirar um documento que já estava pronto, mas precisava da assinatura do chefe da repartição. Ainda que o chefe estivesse no local, tivemos de esperar por três horas até que ele se dispusesse a assinar o documento. Perdi três horas de trabalho. O interessante disso tudo é que tenho de trabalhar para pagar os impostos, que serão usados para pagar o salário desse mesmo funcionário-chefe.

No fechamento deste livro, li na Folha de São Paulo (16/01/2000) que a fiscalização de carnes é precária no Brasil. O próprio Ministério da Agricultura e a Confederação Nacional da Agricultura apresentam a estatística: Do abate nacional de bovinos de 30,2 milhões de cabeças, ficam sem inspeção 12,6 milhões. Quanto às aves: de 2,9 bilhões, 721 milhões também ficam sem inspeção. E os suínos:

^a A expressão “toque-de-caixa” significa tomar uma atitude às pressas, sem muito planejamento e avaliação.

de 22,4 milhões, 4,2 milhões. Talvez pudéssemos parafrasear: “O Ministério da Agricultura adverte: Consumir carne no Brasil pode ser prejudicial a sua saúde.”

Será que a carne que você está comendo hoje foi inspecionada pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF)? É o país do faz-de-conta.

TRANSGRESSÃO DAS NORMAS

Como foi mencionado na parte anterior, o brasileiro é, por natureza, um transgressor da lei, seja no trânsito, no contrabando, no quilo de 900 gramas, no metro de 90 centímetros, nas falsificações e nas mutretas. A estes fatos somam-se outros que, divulgados pelos meios de comunicação, vão criando no povo brasileiro ojeriza contra as autoridades, estimulando, assim, a desobediência às leis. “Não compensa ser honesto com o governo” é o comentário geral do brasileiro.

O jornalista Luciano Martins da Costa afirma que existem empresas especializadas em emitir faturas frias^b para descontá-las no cálculo do imposto de renda.¹⁴² Dá-se um jeito também para suprir a deficiência do SUS no pagamento dos serviços médicos. Cateteres descartáveis são reutilizados nos exames conhecidos como cateterismo, o mesmo ocorrendo com os capilares, que deveriam ser descartados a cada diálise.^c

Confúcio Rodrigues Cavalcanti, ex-secretário-geral da Ordem dos Economistas e ex-Conselheiro Fiscal do Banco do Estado de São Paulo, destacou que nas áreas marginais da economia disseminou-se a prática do subfaturamento e outras irregularidades permitidas por um sistema de fiscalização ineficiente e corrupto. Afir-mou ainda que não há um único empresário brasileiro que possa

^b A expressão “fatura fria” ou “nota fiscal fria” significa fatura ou nota fiscal emitida por uma firma fantasma, isto é, que não existe e, portanto, a nota fiscal ou fatura são ilegais.

^c Estes dados foram extraídos do depoimento de um profissional da saúde que não quis ser identificado.

dizer que nunca deu um jeitinho... mesmo porque em muitas circunstâncias dar um jeitinho pode ser a única saída para evitar a concordata ou falência.

O jeitinho transformou-se em tema de reuniões de diretoria nas principais empresas... E pode ser traduzido no crescimento de despesas com frete, serviços e outros disfarces. O custo do frete, normalmente inferior a 3% do total da receita líquida, em algumas empresas subiu para 8% ou 9%, produzindo uma forte evasão de impostos... O subfaturamento durante o congelamento do Plano Cruzado chegou a 50% do total dos negócios em grandes empresas...¹⁴³

CORRUPÇÃO

Nesta roda comandada pelo jeito, o agente fiscalizador poderá ficar atento para ver se consegue apanhar algum culpado. Aliás, aqui no Brasil parece-me que todo o mundo é culpado até que consiga provar sua inocência. Esse agente pode ser o guarda de trânsito, o fiscal de tributos ou do trabalho, ou a autoridade policial. Aí não tem jeito, aliás tem jeito sim, é só pagar o “pedágio”, ou “molhar a mão”.

Curiosamente Cavalcanti alerta que “em algum ponto do vasto território nacional alguém está imaginando um novo jeitinho de enfiar a mão em seu bolso.”¹⁴⁴ Ricardo Viveiros, ex-diretor da Central de Outdoor e assessor especial e chefe de gabinete do ex-prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros, acompanhava o então prefeito na inspeção de uma feira-livre, em 1981, quando pôde testemunhar os artifícios a que pode chegar a corrupção.

No meio da visita, o Prefeito foi abordado por uma feirante japonesa que respeitosamente lhe explicou que não poderia pagar a taxa pedida pelos fiscais pois seu marido estava doente. “O fiscal disse que a caixinha é de Cr\$ 20,00 (moeda da época), metade é para ele e metade é para o senhor. Será que o senhor poderia dispensar a sua parte até meu marido ficar bom?”, pediu a feirante.¹⁴³

Cavalcanti¹⁴⁵ recorda que o ex-presidente Sarney, no auge das barganhas pelos cinco anos de mandato, lembrou que é “dando que se recebe”. Aliás, segundo Kotscho¹⁴⁶, são particularmente graves os conceitos atribuídos pela população aos políticos, aos militares e aos empresários. O empresário Mario Amato escreveu que “maus políticos e maus empresários vivem uma relação incestuosa que gera negociatas e nepotismo”.¹⁴⁷ O jornalista Sebastião Nery, tão sensível a esses fatos, publicou quatro volumes de coletâneas de histórias folclóricas da política do Brasil.¹⁴⁸

Será que preciso citar as máfias que loteiam o orçamento e os serviços públicos? Os anos de 1998 e 1999 foram pródigos em revelar as diversas máfias envolvendo vereadores paulistas, administradores regionais e funcionários da Prefeitura da Cidade de São Paulo. As manchetes da *Veja São Paulo* (a *Vejinha*) revelam o resumo do caos: “A caixinha da corrupção: como as quadrilhas de fiscalização da prefeitura enriquecem achacando lojas, restaurantes, casas noturnas, academias de ginástica, jornalheiros ...”¹⁴⁹ “E a cidade que se dane! A Câmara Municipal – que gasta seu tempo e o dinheiro do contribuinte dando nomes a ruas, distribuindo medalhas e nomeando cabos eleitorais – fica sob suspeita ao negar-se à investigação do escândalo da corrupção”.¹⁵⁰

Nem bem inicia o ano 2000 e novas denúncias surgem envolvendo fraude na coleta de lixo na cidade de São Paulo^d e uma declaração do presidente do congresso, senador Antônio Carlos Magalhães, afirmando que o orçamento da União “é uma das maiores fontes de corrupção neste país. O roubo é praticado em todos os níveis, no Executivo e no próprio congresso”.^e

A realidade do suborno e da corrupção é tão patente no Brasil que a revista *Imprensa* lançou um Guia da Corrupção no Brasil, e em ordem alfabética.¹⁵¹ É como se o país inteiro estivesse empe-

^d *Folha de São Paulo*, 12/01/2000, pp.1-1 e 3-3.

^e *Folha de São Paulo*, 02/01/2000, pp. 1-10.

nhado em fazer valer o célebre diagnóstico do Brasil atribuído a Charles de Gaulle: “o Brasil não é um país sério.”^f Aqui no Brasil “tudo acaba em pizza”, como diz um adágio popular.

IMPUNIDADE

Cavalcanti¹⁵² informa que, em 4 de abril de 1989, o jornal *O Estado de S. Paulo* criou um espaço destinado a agrupar reportagens que tratassem de casos de corrupção ocorridos no país. Até 20 de julho do mesmo ano, a soma totalizava 496 títulos relacionados com 63 casos, entre os quais, roubos, negociatas, imoralidades e falcatruas variadas. As reportagens envolveram 60 personagens. Durante esse período, nenhum processo sobre corrupção foi conduzido até o fim. Barbosa¹⁵³ lembra que o aumento da violência e da impunidade no Brasil gerou um crescimento do mercado de alarmes preventivos contra roubos e dos cursos de artes marciais.

Nos grandes centros urbanos há uma generalizada desconfiança na organização policial. Barbosa¹⁵⁴ diz ainda que a maioria das pessoas já saem de casa com uma certa quantia em dinheiro destinada aos ladrões, para evitar que fiquem irritados e cometam violência maior, além do roubo.

Há ainda outros dois fenômenos que provam a impunidade no Brasil. O primeiro, que já completou mais de 100 anos de contravenção e impunidade,¹⁵⁵ é o jogo do bicho que, só no Rio de Janeiro, chega a movimentar algo em torno de 10 milhões de dólares por semana, empregando cerca de 50.000 pessoas, alimentando os desfiles de escolas de samba e mantendo vínculos estreitos com o crime em suas diversas modalidades.¹⁵⁶

O segundo é o tráfico de drogas, que só na cidade do Rio de Janeiro chega a faturar cerca de 5 milhões de dólares por mês,¹⁵⁷ sem

^f A origem desta frase ainda é obscura. Ela tanto é atribuída a um embaixador brasileiro em conversa com de Gaulle, quanto a uma resposta do então presidente da França a um padre, em 1964. Veja o jornal *Folha de S. Paulo*, 27/12/91, caderno 1, p. 8, para esta última versão.

contar com outras cidades como São Paulo. Não será preciso ir muito longe, basta acompanhar as investigações da CPI do Narcotráfico, presidida pelo deputado Magno Malta.

Os traficantes da favela de Jacarezinho, no Rio de Janeiro, demonstraram sua força no enterro do então tesoureiro da Falange Vermelha, Natanael Fontes Lopes, o Nael. O enterro foi acompanhado em logradouro público por cerca de 500 pessoas fortemente armadas que impediram o acesso da polícia ao local.¹⁵⁸

Barbosa¹⁵⁹ também denuncia que tem havido perturbadoras coincidências entre a transferência de promotores públicos e juízes estaduais no momento em que as investigações sobre um caso estão progredindo e chegando a uma conclusão esclarecedora.

Odyr Porto, então presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, afirma que o problema fundamental é a falta de recursos e que “é preciso que a justiça seja mais ágil, mais acessível, e isso exige muitos investimentos.” Ele ainda informa que em 1992 havia em São Paulo cerca de 3,5 milhões de processos sendo que há apenas um juiz para cada 26.500 habitantes, enquanto a proporção ideal deveria ser um juiz para cada 500 habitantes.¹⁶⁰ Em 1997 uma detalhada reportagem demonstrou que o Tribunal de Contas da União era incapaz de combater a corrupção.¹⁶¹

A polícia civil alega não possuir homens e veículos para capturar os 60 mil procurados pela justiça e que, se esses fugitivos fossem capturados, não haveria vagas nos presídios.¹⁶² Nisso tudo fica a lição do jurista medieval Bonifácio, que já comparava certas leis a teias de aranhas que aprisionam moscas, mas são dilaceradas pelos grandes pássaros.¹⁶³

No Brasil a memória do povo é muito curta para lembrar até os casos mais recentes de que não se tem mais notícias.¹⁶⁴ Bateau Mouche é apenas um desses exemplos. O pior de tudo é que o Marquês de Maricá parecia ter razão ao afirmar que a impunidade é segura quando a cumplicidade é geral.¹⁶⁵

Uma figura típica é o que Da Matta¹⁶⁶ chama de “você sabe com quem está falando?”. Tal atitude representa a pessoa que se impõe sobre as demais, desrespeitando a hierarquia e as normas, valendo-se de algum *status* para passar por cima da lei, para fugir da punição.

Um dilema ético típico desse complexo eixo cultural pode ser extraído de um caso contado por Cavalcanti¹⁶⁷ a respeito do governo Ademar de Barros. Em dezembro de 1950, a Imobiliária Aricanduva entrou com um pedido de empréstimo destinado à urbanização de uma gleba de terra de 2.333.916 m². Nada mais normal não fosse o fato de que 80% das ações da Imobiliária pertenciam ao então governador.

Além disso, a gleba, que fora oferecida como garantia, nem sequer pertencia à Imobiliária Aricanduva, muito menos ao governador. O loteamento até acabou recebendo o nome da esposa de Ademar de Barros, Jardim “Leonor”, e foi contemplado com todos os benefícios necessários.

Um dilema ético, neste caso, consistiria em indagar se quem mora hoje nessa área não estaria sendo beneficiário de uma maracutaia, ou mesmo sendo conivente com esse jeito de resolver as coisas? Será que precisamos de mais leis ou de mais exercício de justiça neste país? Será que quando as autoridades sobem o morro ou desbancam os marreteiros estão exercendo seu trabalho, ou será que foi porque alguém deixou de pagar alguma “comissão” ou o famoso “pedágio”.

O que dizer dos casos que até hoje estão impunes, como o massacre de Eldorado do Carajás, no Estado do Pará,¹⁶⁸ dos megaespeculadores, dos criminosos de colarinho branco, etc. Casos que acabam caindo no esquecimento, pois como já mencionei anteriormente o povo brasileiro tem sofrido de memória curta ou mesmo de amnésia.

Em 31 de dezembro de 1998, a *Folha de São Paulo* publicou um caderno especial intitulado “Como Ficou”, no qual descreve o destino de doze casos que marcaram a história recente do Brasil. Quase todos eles sem solução, impunes.

Neste ponto, a impunidade fecha o círculo unindo-se ao des-caso generalizado das autoridades, que faz com que o *show* continue a girar indefinidamente, impulsionado pela força motriz do jeito.

Que respostas dar ao empresário cristão que está envolvido nessa roda estonteante? E para o cristão-cidadão que é o “lado mais fraco da corda”? O cristão deverá se isolar num mosteiro não podendo assumir, por exemplo, certas atividades profissionais, como advogado, contador, fiscal, empresário, executivo, médico, motorista?

Como sobreviver nessa máquina do jeito sem ser pego ou esmagado por ela?

Leia o livro:

***Dando um jeito no jeitinho -
como ser ético sem deixar de ser brasileiro
de Lourenço Stelio Rega***

**Adquira já o seu exemplar.
Ligue gratuitamente para**

EDITORA MUNDO CRISTÃO

0800-11-5074